

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES TRIMESTRAL

### **A. CONTRATO**

Para a realização de Serviços de Consultoria Técnica - nº 4500176574  
Viabilizar Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de  
Fundão na Bacia do Rio Doce

### **B. RESPONSÁVEIS**

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone: 11 3256 7852	E-mail: <a href="mailto:avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br">avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br</a>
Ministério Público Federal	Dr. José Adércio Leite Sampaio
Fone: 31 2123-9174	E-mail: <a href="mailto:joseadercio@mpf.mp.br">joseadercio@mpf.mp.br</a>

### **C. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Período de abrangência:	09 de julho à 08 de outubro de 2018
Data de Envio:	22 de outubro de 2018

### **D. DESCRITIVO**

Este é o primeiro relatório de atividades trimestral produzido pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos no marco do contrato para realização de serviços para a viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

Buscando garantir objetividade à apresentação das informações, optamos por trazer para este relatório exatamente a mesma estrutura em tópicos do 1º Plano Trimestral de Trabalho, enviado em 17 de julho de 2018. Assim, o primeiro tópico trata das providências preliminares e da montagem da equipe Programa Rio Doce do Fundo Brasil. Do segundo tópico em diante são descritas as atividades realizadas para a viabilização das Assessorias Técnicas durante os primeiros três meses de projeto.

#### **1) Contratação da Equipe para Implementação do Projeto:**

Primeiramente, foi contratada a empresa de Consultoria **MAPA Treinamento e Desenvolvimento LTDA ME**, para realizar processo seletivo para contratação dos 10 Assessores e 4 Assistentes, 1 Coordenador Financeiro, 2 Analistas Financeiros e 1 Assessor de Coordenação para atuação no Programa Rio Doce.

Entre os serviços e atividades desempenhadas, destacam-se os seguintes:

- Preparar/ rever o *job description* das 5 posições;
- Definir cronograma;
- Publicar as posições em mídias especializadas e divulgar nas redes de relacionamento;
- Receber e analisar todos os CVs recebidos de candidatos;
- Selecionar os candidatos com perfil adequado à posição;
- Entrevistar os candidatos pelo telefone ou skype;
- Indicar para entrevista presencial pelo menos 30 candidatos para a posição de Assessor e 12 para a posição de Assistente;
- Organizar as perguntas e as entrevistas;
- Auxiliar na avaliação dos candidatos;
- Apoiar o debate sobre a *short list*;
- Dar feedback a todos os participantes do processo seletivo;
- Apresentar relatório com dados dos candidatos participantes.

O Fundo Brasil com apoio da empresa MAPA, fez edital de contratação para equipe do Programa Rio, o edital teve ampla divulgação na mídia (web site, facebook) e ficou disponível para recebimento de currículos de 29/06 a 07/07/2018.

Para execução das atividades de campo e administração financeira do Programa Rio Doce, foi contratada equipe de coordenadores, assessores, assistentes de projetos e analistas financeiros, conforme descrito abaixo:

a. Coordenadores de Projetos (02): **Gabriel Gomes Strautman e Uvanderon Vitor da Silva, data da contratação 03/07/2018.**

- Função: coordenar equipe de campo para execução do processo de credenciamento de organizações habilitadas a atuarem como assessorias técnicas, bem como do processo de consolidação das comissões de atingidos, a fim de viabilizar o processo de escolha das assessorias técnicas.

b. Assessores de Projetos I (02): **Gabriela Lima Diniz e Melissa Maria Freitas de Andrade, data da contratação 10/07/2018.**

b.1 Assessores de Projetos II (08): **Aline Cristina Campos de Souza, Cecilia Vieira de Melo, Fernando Augusto Fileno, Júlio Vitor Costa da Silva, Leila Salles da Costa, Raquel da Silva Santos, Rosemeire de Almeida e Ruy Marques de Oliveira Neto, data da contratação 02/08/2018.**

- Função dos Assessores I e II: Assistir o Coordenador de Projeto para a execução do processo de credenciamento de organizações habilitadas a atuarem como assessorias técnicas, bem como do processo de consolidação das comissões de atingidos, a fim de viabilizar o processo de escolha das assessorias técnicas, bem como outras que venham a ser objetos de ordens, cartas, comunicados etc. Para tanto, irá conduzir os trabalhos especificamente na região da bacia do Rio Doce.

C. Assistente de Projetos (05): **Daniela Cristina Felix, Danilo Santos da Silva, Henrique Fornazin, Maura Rodrigues Estevão e Tamiris Nascimento de Souza**, data da contratação 02/08/2018.

- Função: Auxiliar no acompanhamento do processo de credenciamento de organizações habilitadas a atuarem como assessorias técnicas; Auxiliar no acompanhamento do processo de consolidação das comissões de atingidos em toda a região da Bacia do Rio Doce; Auxiliar no acompanhamento do processo de escolha das assessorias técnicas.

D. Assessora de Coordenação (01): **Amanda de Souza Camargo**, data da contratação 02/08/2018.

- Função: assessorar a Coordenação nas atividades que lhe forem designadas e compatíveis com seu cargo e regime de trabalho.

E. Coordenadora Financeira (01): **Vânia Raquel Casanova**, data da contratação 17/07/2018.

- Função: coordenar equipe administrativa financeira do Programa Rio Doce, atividades de Gestão orçamentária, controle e acompanhamento do orçamento realizado; preparação das prestações de contas; supervisão da análise de contratos de prestação de serviços, gestão de pessoal.

F. Analistas Financeiros (02): **Dayana de Souza Silva e Rubens Teixeira da Silva**, data da contratação 24/07/2018.

- Função: Solicitação de orçamentos, realização de compras e contratações, pagamentos, controle de prestações de contas, contratação de benefícios, seguros e rotina de recursos humanos, controle de documentos fiscais e domínio das retenções na fonte (federais e municipais); Lançamentos contábeis e financeiros no sistema ERP Radar; Apoio à logística.

Para readequar as necessidades da equipe de campo, em setembro de 2018 Fernando Augusto Fileno (Assessor de Projetos II) foi desligado da equipe e Henrique Fornazin, Assistente de Projetos, foi promovido a Assessor de Projetos II. Houve por isso a necessidade de uma nova contratação de Assistente de projetos, Lívia Magalhães de Brito, contratada em 19/09/2018.

Para assuntos indígenas foi contratado Dr. Paulo Celso de Oliveira, advogado, especialista na área, através da empresa de Consultoria Dora, Azambuja E Oliveira - Sociedade Advocatícia, em 03 de agosto de 2018.

O Dr. Paulo Celso de Oliveira trabalhou na primeira etapa do programa (objeto do contrato anterior) levantando as demandas dos povos indígenas. Na segunda etapa do programa, suas principais atividades consistem em diálogos com comunidades indígenas nos territórios atingidos; encontros e reuniões com atores e instituições em geral, análise de dados e sistematização de informações; elaboração de relatórios; atuação em conjunto com demais integrantes da equipe do Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Para consultoria em logística foi contratada a empresa Estúdio Materna LTDA – ME, pelo período de 20/07/2018 a 20/03/2019.

Os serviços de assessoria consistem na organização da logística de viagens e visitas a campo de toda a equipe que está trabalhando ao longo da Bacia do Rio Doce e demais áreas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, além de auxílio na sistematização de informações financeiras.

Em 01 de outubro de 2018, a consultora Mônica Nóbrega Florindo foi contratada para sistematizar as informações do Programa Rio Doce.

Entre as atividades a serem desenvolvidas está prevista a participação em reuniões com os atingidos, atores locais e instituições em geral, para coleta de informações. Será responsável pela análise de dados e sistematização de informações; elaboração de relatórios em conjunto com a equipe da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Toda a equipe contratada e os prestadores de serviços participaram do curso de *Compliance*, realizado por Furriela Advogados, nos dias 02/08/2018 e 21/09/2018.

Nos dias 02 e 03 de agosto de 2018, foi realizada em São Paulo capacitação para a equipe contratada que recebeu informações sobre as atividades que deveriam desenvolver em campo.

Foram formadas equipes que trabalham sob a orientação dos Coordenadores de Projetos em territórios designados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os Coordenadores desenvolvem constantemente atividades de planejamento e monitoramento junto às equipes locais.

**2) Planejamento, Monitoramento e Avaliação** (realização de reuniões periódicas de planejamento, monitoramento e avaliação com a equipe do Programa Rio Doce do

Fundo Brasil de Direitos Humanos e reuniões com o Ministério Público para informação e alinhamento):

O contrato do Fundo Brasil teve início no dia 09 de julho de 2018 e a primeira reunião de planejamento ocorreu no dia 10 de julho com uma equipe de trabalho preliminar que atuou na fase inicial de mapeamento e construção da presente proposta de trabalho. Nesse momento, a coordenação do Fundo Brasil apresentou em detalhe a proposta de trabalho aprovada pelo Ministério Público Federal e empresas, o cronograma de trabalho, a estrutura de equipe e a dinâmica de trabalho previstas e as tarefas e agendas seguintes.

No momento subsequente, os coordenadores de campo e a coordenação do Fundo Brasil elaboram o primeiro plano trimestral de trabalho apresentado ao Ministério Público no dia 17 de julho de 2018.

Nos dias 1, 2 e 3 de agosto, realizou-se uma formação inicial da equipe de trabalho de campo do Fundo Brasil. Na ocasião, apresentou-se o processo de construção da proposta técnica de trabalho do Fundo, discutiu-se sobre os desafios do processo de reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, destacando o papel das Assessorias Técnicas.

Nos dias 08 e 09 de agosto, ainda no contexto do processo de formação, a equipe do Fundo Brasil participou de reuniões com a Comissão de Atingidos de Barra Longa e a Assessoria Técnica da região, coordenada pela AEDAS. Além disso, realizamos uma visita ao distrito de Gesteira e conversamos com atingidos e atingidas reassentados. O objetivo dessa atividade foi aprofundar o entendimento sobre o desastre decorrente do Rompimento da Barragem de Fundão e entender os desafios envolvidos no processo de reparação dos danos, considerando a centralidade dos atingidos e atingidas no processo e o papel das assessorias técnicas. O Fundo Brasil pré-agendou uma atividade com a Assessoria Técnica coordenada pela Cáritas, em Mariana, mas por conta de trabalhos internos, o coordenador da organização precisou cancelar a reunião com a equipe do Fundo Brasil.

No processo de planejamento, monitoramento e avaliação, o Fundo Brasil tem também realizado reuniões de trabalhos com o Ministério Público Federal de Minas Gerais e o Ministério Público Federal do Espírito Santo, além de participar de outras reuniões a convite dessas instituições, a saber:

- Reunião do Grupo de Trabalho formado pelo Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo com as organizações FGV, Lactec e Ramboll e o Fundo Brasil realizada no dia 23 de julho de 2018, na sede da Defensoria Pública do Espírito Santo;

- Reunião com Grupo de Trabalho formado pelo Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo realizada no dia 06 de agosto de 2018 na sede da Defensoria Pública do Espírito Santo em Vitória;
- Participação na Sessão Solene de Conciliação para homologação do TAC Governança e do Aditivo ao TAP, a convite do Ministério Público de Minas Gerais, realizada no dia 8 de agosto de 2018, em Belo Horizonte;
- Reunião de assinatura do contrato de Assessoria Técnica pelo Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini Rosa Fortini, a convite do Ministério Público Federal de Minas Gerais, realizada no dia 31 de agosto, em Belo Horizonte;
- Reunião com Grupo de Trabalho formado pelo Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo realizada no dia 13 de setembro de 2018 em Linhares -ES;
- Reunião do Ministério Público Federal do Espírito Santo com a Comissão de Surfista, no dia 23 de agosto de 2018 em Linhares/ES;
- Audiência Pública sobre Impactos sobre os Artesãos e Artesãs do Espírito Santo, a convite do Ministério Público do Espírito Santo, realizada no dia 23 de agosto de 2018, na cidade de Linhares/ES;
- Audiência Pública sobre a Barragem do Rio Pequeno e o Plano de Contingência para resguardar a integridade das famílias no decorrer das obras emergenciais, a convite do Ministério Público do Espírito Santo, realizada em 13 de setembro de 2018 em Linhares/ES;
- Reunião da Coordenação do Fundo Brasil com representantes da Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal realizada no dia 1 de outubro de 2018, em Belo Horizonte (MG);
- Reunião do Ministério Público Federal do Espírito Santo, Defensoria Pública da União do Espírito, Fundação Palmares, Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, Departamento de Participação e Diálogos Sociais/SNAS/SEGOV, Fundo Brasil de Direitos Humanos e representantes das Comissões de Atingidos de Degredo, Regência e Povoação, realizada no dia 10 de outubro de 2018, na cidade de Linhares.

**3) Elaboração do Termo de Referência para as Assessorias Técnicas** (produção de Termos de Referência para as Chamadas Públicas para o credenciamento de organizações de assessoria técnicas para cada um dos 16 Territórios indicados na Proposta Técnica):

A elaboração dos termos de referência para a chamada pública para o credenciamento de organizações foi realizada em julho de 2018. Foram reunidas nestes documentos informações sobre os critérios de elegibilidade para organizações de assessoria técnica, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP e denominado Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico, sobre as necessidades específicas de cada um dos 16 territórios, identificadas durante a etapa anterior do trabalho realizado pelo

Fundo Brasil para a produção da proposta técnico comercial entre janeiro e março de 2018, sobre as ações necessárias para a apresentação das candidaturas pelas organizações interessadas e a descrição sobre como seriam processadas as análises relativas ao credenciamento pela equipe do Fundo Brasil. Esboços dos termos de referência foram compartilhados previamente com o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Minas Gerais. Em 26 de julho de 2018 o Fundo Brasil abriu o processo de credenciamento de organizações sem fins lucrativos interessadas em oferecer assessoria técnica nos 16 territórios da Bacia do Rio Doce acompanhados pelo Fundo Brasil e o prazo estipulado para a apresentação de candidaturas foi de 15 (quinze) dias úteis a partir da data de publicação da chamada pública.

#### 4) **Abertura do Credenciamento nos Territórios para Organizações Interessadas:**

O Fundo Brasil criou em sua página na internet uma área específica para a apresentação do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Rio Doce<sup>1</sup>. Além de uma apresentação geral sobre este programa, a página também funciona como canal de atualização das informações sobre as ações realizadas pelo Fundo Brasil voltadas para a viabilização de Assessorias

Técnicas para os Atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG). À pedido do Ministério Público Federal, a página do Programa Rio Doce também disponibilizou acesso a documentos relevantes para o processo de instalação de assessorias técnicas, tais como o Termo Aditivo ao TAP e a “Nota

Técnica sobre Assessoria Técnica Independente – Empreendimento Rio/Anglo American”, da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Em 26 de julho de 2018 o Fundo Brasil abriu o processo de credenciamento de organizações sem fins lucrativos interessadas em oferecer assessoria técnica nos 16 territórios da Bacia do Rio Doce acompanhados pelo Fundo Brasil<sup>2</sup>. Editais específicos para cada um destes territórios, preparados pelo Fundo Brasil em colaboração com o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Minas Gerais, foram divulgados na área do Programa Rio Doce da página da internet



<sup>1</sup> Disponível em <https://fundodireitoshumanos.org.br/apoio-a-sociedade-civil/programa-rio-doce/>

<sup>2</sup> Para ver divulgação da chamada pública na página do Programa Rio Doce do Fundo Brasil, acesse <https://goo.gl/WkevFV>



do Fundo Brasil<sup>3</sup>, estabelecendo os critérios e o prazo para o envio das candidaturas das organizações interessadas. A equipe de comunicação do Fundo Brasil também elaborou peças de divulgação tais como *banners* de internet e *flyers* que contribuíram para dar notoriedade ao processo de chamada pública para o credenciamento de organizações para assessoria técnica. Com o objetivo de fomentar a divulgação do processo de credenciamento nos 16 territórios, alvos da chamada pública, *flyers* foram enviados pelo correio para as lideranças das comunidades atingidas e que haviam sido identificadas pela equipe do Fundo Brasil durante a etapa de elaboração da proposta técnico comercial realizada entre os meses de janeiro e março de 2018.

5) **Definição das Organizações Habilitadas no Credenciamento** (ao final do prazo anunciado nas Chamadas Públicas, o Fundo Brasil analisa todas as candidaturas e define a lista de organizações habilitadas de acordo com o Termo de Referência em cada território):

Entre os dias 26 de julho e 16 de agosto de 2018, o Fundo Brasil recebeu 89 propostas de 19 organizações interessadas em oferecer assistência técnica para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão<sup>4</sup>. Ao final do prazo de credenciamento, estipulado em 15 (quinze) dias úteis a partir da data de publicação da chamada pública, o Fundo Brasil deu início ao processo de análise de todas as candidaturas para a definição da lista de organizações habilitadas de acordo com os critérios técnicos dos Termos de Referência para cada um dos 16 territórios. A equipe do Fundo Brasil analisou todos os documentos enviados pelas organizações para a necessária comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, denominado Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico. Em 05 de setembro de 2018, o Fundo Brasil divulgou na página do Programa Rio Doce a relação preliminar das organizações credenciadas<sup>5</sup>. Todas as organizações não habilitadas foram comunicadas sobre as razões pelas quais foram excluídas e tiveram prazo de 05 (cinco) dias úteis para recorrer da decisão. O Fundo Brasil recebeu recursos de 03 (três) de organizações. Um foi avaliado como procedente, e a organização foi credenciada, e outros dois recursos foram negados. Em 14 de setembro de 2018 o Fundo Brasil divulgou relação definitiva das organizações credenciadas a participar do processo de escolha das assessorias técnicas aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão<sup>6</sup>.

6) **Acompanhamento da Consolidação das Comissões de Atingidos** (integrantes da equipe do Fundo Brasil permanecem em campo para acompanhar o processo de

<sup>3</sup> Para ver o edital da chamada pública para o território de Aracruz e Serra (ES), acesse <https://goo.gl/twg8vG>

<sup>4</sup> Outras duas inscrições chegaram fora do prazo e foram desconsideradas.

<sup>5</sup> Disponível em <https://goo.gl/3vDGtR>

<sup>6</sup> Disponível em <https://goo.gl/eN9nqH>



consolidação das Comissões, buscando auxiliar no que for necessário para que os trabalhos fluam com eficiência dentro de prazo determinado, garantindo-se sempre a autonomia dos Atingidos para a definição da composição das Comissões):

O processo de acompanhamento da consolidação das Comissões de Atingidos iniciou-se em julho de 2018 com um comunicado aos atingidos e atingidas contatados pelo Fundo Brasil ao longo da etapa de trabalho preliminar realizada entre os meses de janeiro e março de 2018 para a construção da proposta técnico comercial. Por meio de uma lista de email e telefones, foram enviadas mensagens informando que o Fundo Brasil iria retomar o trabalho para organizar o processo de escolha das Assessorias Técnicas independente para os atingidos e atingidas de toda a Bacia do Rio Doce. A mesma informação também foi transmitida através de ligações telefônicas para diversas lideranças comunitárias participantes das Comissões de Atingidos existentes.

Concluída a etapa de montagem e formação da equipe, e também de planejamento dos trabalhos, teve início a etapa dos trabalhos de campo nesta segunda fase de atuação do Fundo Brasil. A seguir, apresentamos um balanço sobre o trabalho realizado pela equipe do Fundo Brasil de acompanhamento do processo de consolidação das Comissões de Atingidos em cada um dos 16 territórios atingidos.

**Território de Rio Casca e adjacências (MG):** A Comissão de Atingidos para este território está em processo de consolidação. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou 11 (onze) reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o

objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. Por se tratar de uma região formada por comunidades pequenas e distantes uma das outras e com pouca presença de atores da sociedade civil, a equipe do Fundo Brasil precisou realizar uma série de reuniões informativas com os atingidos/as sobre o processo de escolha das assessorias técnicas. Nos dias 28 de agosto e 13,

14 e 15 de setembro realizamos reuniões em comunidades localizadas no município de São José do Goiabal. Nos dias 30 de agosto e 19 e 20 de setembro realizamos reuniões no município de Rio Casca e nos dias 29 de agosto e 11 e 12 de setembro realizamos reuniões no município de Sem Peixe. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Dada a dispersão territorial das comunidades, a



*Figura 1 Equipe do Fundo Brasil realiza reunião em Rio Casca. Foto: Fundo Brasil*

comissão de atingidos está sendo organizada em torno de três núcleos: Rio Casca, Sem Peixe e São José do Goiabal.

**Território da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e Zona de Amortecimento (MG):** A Comissão de Atingidos para este território está em processo de consolidação. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou 3 (três) visitas em comunidades para identificação de atingidos e lideranças e 5 (cinco) reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de informar o processo de escolha da

assessoria técnica e formar a Comissão de Atingidos. Essa região tem a peculiaridade de zona de amortecimento de uma área ambiental protegida por legislação específica. Grande parte das informações iniciais sobre o entorno do Parque foi fornecida pelo Gerente da unidade de conservação, deste modo, realizamos

visitas iniciais para entender quem eram as pessoas e quais os principais danos percebidos. Uma característica marcante

desta região é que cada grupo de pessoas atingidas está localizado em pequenos distritos de municípios distintos. Os municípios do entorno do Parque são Marliéria, Bom Jesus do Galho, Dionísio, Pingo D'água, Caratinga. A equipe do Fundo Brasil precisou realizar, além das visitas, uma série de reuniões informativas com os atingidos sobre o processo de escolha das assessorias técnicas. No dia 25 de agosto realizamos uma reunião em Cava Grande e uma visita a comunidade Celeste, no município de Marliéria. Nos dias 13, 16 e 18 de setembro realizamos uma visita e duas reuniões em Revés do Belém, no município de Bom Jesus do Galho. Nos dias 26 de agosto e 18 de setembro realizamos reuniões no município de Pingo D'água. O objetivo específico dessas reuniões foi informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Devido à distância entre os municípios, a Comissão de Atingidos do território deverá ser uma representação das diversas localidades e só irá se reunir nas etapas formais de escolha.



*Figura 2 Reunião em comunidade de São José do Goiabal. Foto: Fundo Brasil*

**Território de Tumiritinga e Galiléia (MG):** A Comissão de Atingidos deste território está em processo de consolidação. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou quatro reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 21 de agosto de 2018 no município de Tumiritinga e teve a participação

do Ministério Público Estadual de Minas Gerais e da Fundação Getúlio Vargas. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil, sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas, além de informações gerais sobre o processo de reparação. Outras três reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil e aconteceram em 30 de agosto e 12 de setembro de 2018 no município de Galiléia e

no 13 de setembro no município de Tumiritinga. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha e também



Figura 3 Reunião em Tumiritinga. Foto: Fundo Brasil

apresentaram demandas bastante específicas e pertinentes com relação a Assessoria Técnica, principalmente no que refere a retomada das atividades agrícolas e recuperação do setor de Turismo no município de Tumiritinga. Os dois municípios que compõe o território apresentam níveis diferenciados de mobilização e participação dos atingidos. Entretanto, a crescente participação dos atingidos nas reuniões e a demanda para construção de encontros conjuntos e ampliados sinalizam para a iminente consolidação da Comissão de Atingidos.

### **Território de Conselheiro Pena (MG):**

A Comissão de Atingidos deste território está consolidada. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou seis reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 26 de julho de 2018 e também teve a participação da Ministério Público Estadual de Minas Gerais e a Fundação Getúlio Vargas. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Ao final da reunião deliberou-se que o Fundo Brasil realizaria reuniões com setores específicos de atingidos e atingidas a fim de consolidar uma Comissão de Atingido representativa do município. As outras reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil. No dia 27 de



agosto, a reunião foi com produtores rurais e ilheiros da região. No dia 10 de setembro, a reunião foi com pescadores e entidades representativas da categoria. No dia 11/09 e 14/09 realizamos reuniões ampliadas com moradores dos bairros mais distantes, funcionários públicos e estudantes. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha e muito interesse nos recursos a ser disponibilizados pela assessoria técnica, principalmente no que se refere a assessoria jurídica e recuperação da produção agrícola e da produção pecuarista.



*Figura 4 Reunião em Conselheiro Pena. Foto: Fundo Brasil*

**Território de Aimorés (MG):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou três reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 25 de julho de 2018 e também teve a participação Ministério Público Estadual de Minas Gerais e da

Fundação Getúlio Vargas. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Outras duas reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil, e aconteceram em 22 de agosto e 14 de setembro de 2018. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha.



*Figura 5 Reunião em Aimorés. Foto: Fundo Brasil*

**Território de Resplendor e Itueta (MP):** A Comissão de Atingidos para este território está em processo de consolidação. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou sete reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de

acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu no município de Itueta em 26 de julho de 2018 e também teve a participação do Ministério Público Estadual de Minas Gerais e Fundação Getúlio Vargas.

Nesta ocasião, os atingidos e



*Figura 6 Reunião em Resplendor. Foto: Fundo Brasil*

atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. No dia 21 de agosto, ocorreu uma reunião convocada pelos atingidos com a presença do Ministério Público Federal no município de Resplendor. Nessa ocasião, discutiu-se sobre o processo de consolidação das comissões de atingidos, assessoria técnica e questões relativas ao processo de indenizações e reparação. As outras reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil. No dia 28 de agosto e 18 e 19 de setembro, o Fundo Brasil realizou reuniões com atingidos e atingidas, organizações de produtores rurais e o sindicato de trabalhadores rurais do município de Itueta. Nos dias 28 de agosto e 17 e 20 de setembro, o Fundo Brasil realizou reuniões com atingidos e atingidas, associação de pescadores, representante do poder público da cidade de Resplendor. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. O processo de consolidação da Comissão de Atingidos está em curso e demanda muita habilidade dos articuladores e da equipe do Fundo Brasil na construção de consensos.

**Território do Vale do Aço (MG):** A Comissão de Atingidos para este território está em fase de consolidação. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos realizou dezesseis reuniões, presenciais com os atingidos e atingidas locais, das quais quatro tiveram a participação do Ministério Público Federal, com os objetivos de informar o processo de escolha de assessorias técnicas e acompanhar o processo de consolidação das Comissões de Atingidos Locais, que por sua vez irão compor a Comissão de Atingidos Regional. As reuniões convocadas pelo Fundo Brasil, ocorreram entre os dias 23 de agosto e 19 de outubro de 2018. Os



atingidos e atingidas demonstraram diferentes níveis de compreensão sobre o processo de escolha, o que demandou, em alguns locais, o retorno da equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos para mais esclarecimentos sobre Assessoria Técnica, o processo de seleção das organizações e demais questões sobre o processo de reparação. Por se tratar de um território amplo, com dez municípios, inicialmente houve dificuldades por parte dos atingidos que já estão organizados em torno de comissões para aguardar o processo de formação de novas comissões nas outras localidades. Com o avanço do trabalho, foi ficando mais claro para os atingidos a pertinência de formar uma representação referente ao Território do Vale de Aço, sem desconsiderar as especificidades das realidades locais. Para finalizar, tendo em vista o saldo positivo das reuniões realizadas e as demais constatações, a equipe do Fundo Brasil avança para a etapa da Consolidação da Comissão de Atingidos Regional, e apresentação da lista de entidades credenciadas.



*Figura 7 Reunião em Pedra Corrida. Foto: Fundo Brasil*

**Território Governador Valadares, Ilha Brava, Baguari, Alpercata (MG):** A Comissão de Atingidos para este território não está consolidada devido principalmente a região central do município de Governador Valadares. No período do abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos realizou 10 reuniões neste território. No entanto, somente Baguari e Ilha Brava já estão com comissões consolidadas. Em Baguari foram realizadas: uma reunião convocada pelo Ministério Público Federal (MPF) para apresentação da equipe do Fundo Brasil no dia 20 de agosto de 2018 e mais duas reuniões presenciais com atingidos e atingidas locais com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos/as,

nos dias 30 de agosto e 17 de setembro. Em Ilha Brava ocorreu uma reunião com o Fundo Brasil no dia 11 de setembro e ficou agendada outra para o dia 19 de setembro, ambas com objetivo de acompanharmos o processo de consolidação da Comissão de Atingidos/as e sanarmos eventuais dúvidas da população. Esta última reunião não ocorreu devido ao falecimento de um dos familiares da principal liderança de Ilha Brava e reagendamos para o dia 19 de outubro. Governador Valadares é mais complexo por ser a maior cidade de toda a Bacia do Rio Doce, com 245 mil habitantes. A primeira reunião que o Fundo Brasil participou no município foi convocada pelo Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce, no dia 20 de agosto, e contou com a participação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual de Minas Gerais com objetivo de apresentar as equipes do Fundo Brasil e da Fundação Getúlio Vargas. A equipe do Fundo Brasil realizou sete reuniões nesta localidade. A primeira foi no dia 23 de agosto para compreendermos sobre a população rural de Governador Valadares. No dia 30 de agosto ocorreu uma reunião com objetivo de construirmos uma agenda na zona urbana de Governador Valadares, e foi sugerido a equipe do Fundo Brasil iniciar reuniões pelos bairros que estão na margem do Rio Doce e alertado que as mesmas deveriam acontecer pós 1º turno das eleições de 2018 (07 de outubro). No momento, estamos elaborando uma estratégia de mobilização em parceria com o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais sediada em Governador Valadares com objetivo garantir uma participação ampla e diversa de vários setores do município.

**Território de Baixo Guandu (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou três reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 25 de julho de 2018 e também teve a participação da Defensoria Pública do Espírito Santo. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Outras duas



*Figura 8 Reunião em Baixo Guandu. Foto: Fundo Brasil*

reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil, e aconteceram em 22 de agosto (foto) e

12 de setembro de 2018. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha e também realizaram esforços para promover a ampliação do engajamento e da participação de outros atingidos, sobretudo aqueles residentes em bairros mais distantes do centro do município (local onde comumente acontecem as reuniões), como no caso de Mascarenhas, onde vivem pescadores ribeirinhos. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território de Baixo Guandu (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. Esta constatação nos permitiu avançar neste território para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.

**Território de Colatina e Marilândia (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou três reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 26 de julho de 2018 e também teve a participação da Defensoria Pública do Espírito Santo. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Outras duas reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil, e aconteceram em 30 de agosto de 2018. A primeira delas aconteceu com representantes de atingidos na comunidade de Boninsegna, no Município de Marilândia. A segunda foi realizada no mesmo dia com a Comissão de Atingidos na sede do município de Colatina. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Os atingidos e atingidas demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território de Colatina e Marilândia (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. A constatação da consolidação da Comissão de Atingidos neste território nos permitiu avançar, já em setembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento. Assim, o Território de Colatina e Marilândia foi o primeiro entre todos os que estão sendo acompanhados pelo Fundo Brasil na Bacia do Rio Doce a avançar para esta etapa.

**Território de Aracruz e Serra (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou duas reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. Ambas foram convocadas pelo Fundo Brasil e aconteceram em 25 e 28 de agosto de 2018. A primeira delas foi realizada com atingidos e atingidas reunidos na Comissão local em Barra do Riacho (Aracruz, ES). A segunda reunião foi realizada com os pescadores camaroeiros da Enseada do Suá, reconhecidos como atingidos pela Fundação Renova em abril de 2018, e que também manifestaram o desejo de integrar a Comissão de Atingidos de Aracruz e Serra. O objetivo específico dessas reuniões foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. A equipe do Fundo Brasil constatou, desde o primeiro contato, um bom grau de mobilização de pessoas atingidas em torno da Comissão local e de apropriação em relação às etapas do processo de viabilização da assessoria técnica. Essa avaliação foi compartilhada com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES, e levou à constatação da consolidação da Comissão de Atingidos de Aracruz e Serra. Essa constatação nos permitiu avançar, já em setembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.

**Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. Em respeito à tradição de organização das lideranças dos Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II o Fundo Brasil entendeu, em acordo com o Ministério Público Federal, que a Comissão de Caciques, instância deliberativa histórica deste Território Indígena, funcionará como Comissão de Atingidos para fins de escolha da assessoria técnica. A indicação foi feita pelas próprias lideranças indígenas, cabendo ao Fundo Brasil reconhecer e garantir o respeito às especificidades daquele território. Para o acompanhamento deste território específico o Fundo Brasil contratou a consultoria de um advogado indígena que apoiou a construção da estratégia para nossa atuação em relação aos indígenas e vem acompanhando o processo de interlocução com as lideranças locais. No período abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou duas reuniões presenciais com a Comissão de Caciques com o objetivo de acompanhar o processo de apropriação desta Comissão em relação ao processo de escolha das assessorias técnicas. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 25 de julho de 2018. Nesta ocasião, os representantes dos indígenas atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Outra reunião foi convocada pelo Fundo Brasil, e aconteceu em 23 de agosto de 2018. O



objetivo específico dessa reunião foi constatar a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Para além dessas duas reuniões formais, realizamos, em 20 de setembro, uma reunião específica com lideranças da TI de Comboios. Os indígenas atingidos e atingidas reunidos na Comissão de Caciques demonstraram um bom entendimento sobre o processo de escolha. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. Essa constatação nos permitiu avançar, já em setembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.

**Território de Regência (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou duas reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A primeira reunião, convocada pelo Ministério Público Federal, aconteceu em 24 de julho de 2018 e também teve a participação da Defensoria Pública do Espírito Santo. Nesta ocasião, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Outra reunião, convocada pelo Fundo Brasil, aconteceu em 24 de agosto de 2018. O objetivo específico dessa reunião foi o estabelecimento de um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e informar aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. A Comissão de Atingidos de Regência funciona há mais de um ano. A Presença de representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo nas reuniões da Comissão de Atingidos contribui para maior comparecimento da comunidade nessas reuniões. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território de Regência (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. Essa constatação nos permitiu avançar, já em setembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.

**Território de Povoação (ES):** A Comissão de Atingidos para este território está consolidada. No período de abrangido por este relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou uma reunião presencial com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. A reunião foi convocada pelo Fundo Brasil e aconteceu em 28 de agosto de 2018. Nesta ocasião, os

atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Na mesma ocasião, também ficou estabelecido um prazo para a consolidação da Comissão de Atingidos e foram informados aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. Em Povoação, a Comissão de Atingidos já existia antes da chegada do Fundo Brasil a este território e já vinha realizando reuniões para o enfrentamento de questões dos atingidos e atingidas da localidade. A equipe do Fundo Brasil constatou, desde o primeiro contato, um bom grau de mobilização de pessoas atingidas em torno da Comissão local e de apropriação em relação às etapas do processo de viabilização da assessoria técnica. A consolidação da Comissão de Atingidos do Território de Povoação (ES) foi constatada a partir de avaliação realizada por representantes do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. Essa constatação nos permitiu avançar, já em setembro, para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento.

**Território de Linhares (ES):** A Comissão de Atingidos para este território não está consolidada. No período abrangido por este relatório, apenas foi possível realizar reuniões presenciais com os atingidos e atingidas dispersos, ainda não articulados em torno da existência de uma Comissão local, de modo que, neste território, o processo de consolidação da Comissão de Atingidos ainda se encontra em fase inicial. Constatamos, no entanto, uma movimentação importante de diferentes grupos de atingidos e atingidas, para a articulação de uma Comissão local na sede do município de Linhares. Entre estes grupos, destacamos agricultores, as comunidades do entorno das lagoas que inundam em decorrência da barragem do Rio Pequeno e também de surfistas. Sabe-se, ainda, que as regiões de Pontal do Ipiranga e Barra Seca, originalmente incluídas no Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba, Território Quilombola de Degredo e Norte de Linhares (ES), manifestaram interesse de passar a integrar o território de Linhares. No período de abrangência deste relatório, a equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos esteve presente em reunião realizada no dia 23 de agosto de 2018 entre a Defensoria Pública do Espírito Santo e a Comissão de Surfistas e no dia 13 de setembro de 2018 na audiência pública sobre situação das obras na barragem do Rio Pequeno. A situação do Território de Linhares (ES) tem sido objeto de discussão permanente entre o Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Espírito Santo.

**Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba, Território Quilombola de Degredo e Norte de Linhares (ES):** No período de abrangência deste relatório, a equipe do Fundo Brasil conseguiu verificar a Consolidação da Comissão de Atingidos em parte deste território e a recomendou a realização de ajustes em algumas localidades que o



compunham inicialmente, de modo que sejam incluídas em outros recortes territoriais. A equipe do Fundo Brasil realizou sete reuniões presenciais com os atingidos e atingidas locais, com o objetivo de acompanhar o processo de consolidação da Comissão de Atingidos. Cinco dessas reuniões foram convocadas pelo Fundo Brasil e outras duas pelo Ministério Público Federal. As reuniões convocadas pelo Fundo Brasil foram realizadas em 24 de agosto de 2018 em Nativo (São Mateus), em 27 de agosto de 2018 em Conceição da Barra, em 15 de setembro de 2018 em São Miguel e Ferrugem (ambos distritos de São Mateus) e em 18 de setembro de 2018 em Barra Seca (distrito de Linhares). As reuniões convocadas pelo Ministério Público Federal foram realizadas no dia 17 de setembro de 2018 nas localidades de Pontal do Ipiranga e Degredo (ambos distritos do município de Linhares). Durante as reuniões, os atingidos e atingidas foram informados sobre a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e sobre o início do processo de escolha das assessorias técnicas. Também foram estabelecidos prazos para a consolidação da Comissão de Atingidos e foram informados aos atingidos e atingidas detalhes sobre as etapas do processo de escolha da assessoria técnica para este território. A partir das reuniões, a equipe do Fundo Brasil percebeu que as Comissões de São Mateus e Conceição da Barra já apresentavam graus avançados de consolidação e de compreensão sobre o processo de escolha das assessorias técnicas. Ao mesmo tempo, as comissões de Barra Seca e Pontal do Ipiranga expressaram o interesse de integrar a Comissão de Linhares. Entre as justificativas apresentadas, destaca-se o fato de que ambos são distritos do município de Linhares; que o deslocamento para lá é mais fácil; as semelhanças entre as características de modos de vida e atividades econômicas; e o fato de que alguns atingidos já acompanham as movimentações para a articulação de uma Comissão de Linhares. Por sua vez, a comunidade Quilombola de Degredo apresentou um quadro de alta complexidade social e territorial que levou a equipe do Fundo Brasil a propor um tratamento diferenciado para esta comunidade. A equipe do Fundo Brasil constatou que a Comissão de Atingidos de Degredo não está consolidada, não frequenta o espaço da Comissão de Atingidos do Litoral Norte (São Mateus e Conceição da Barra) e que a comunidade está sofrendo com divisões e conflitos internos. Assim, a equipe do Fundo Brasil entende que o avanço do processo de escolha de Assessoria Técnica em Degredo depende, necessariamente, da realização de uma avaliação mais detida e cuidadosa sobre a situação da comunidade. É preciso garantir que a discussão sobre as Assessorias não contribua para o agravamento dos conflitos na comunidade. Para isso, faz-se necessário o apaziguamento entre as partes divergentes da comunidade. No que se refere especificamente ao processo de escolha da assessoria técnica, é preciso avaliar a possibilidade de desmembramento de Degredo em um único território, com sua própria Comissão de Atingidos e processo de credenciamento de entidades, que obedeceriam às especificidades de um território quilombola. Diante do acima exposto, o Território da Macrorregião Litoral Norte

Capixaba, Território Quilombola de Degredo e Norte de Linhares (ES) deverá sofrer um ajuste na sua configuração inicial, compondo-se exclusivamente das localidades de Conceição da Barra e São Mateus. Em função de novo entendimento alcançado entre representantes das comunidades atingidas do Território Quilombola de Degredo, de Barra Seca, de Pontal do Ipiranga, com a concordância do Ministério Público Federal, tais localidades serão incluídas em outros recortes territoriais, tal como apresentado anteriormente. Assim, o agora **Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)** já apresenta Comissão de Atingidos consolidada e está pronta para avançar para a etapa de apresentação *in loco* do resultado do credenciamento. Este diagnóstico foi construído pela equipe do Fundo Brasil em conjunto com representantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo em reunião realizada em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES.

7) **Apresentação In Loco do Resultado do Credenciamento** (na medida em que se consolidam as Comissões de Atingidos nos territórios, o resultado do credenciamento das organizações interessadas em atuar como Assessorias Técnicas são então informados diretamente às Comissões de Atingidos já instaladas):

Durante o período de abrangência deste relatório, as Comissões de Atingidos de sete territórios, todos no Espírito Santo, conheceram o resultado do credenciamento e avançaram no processo de escolha das assessorias técnicas. No Espírito Santo, a etapa de apresentação *In Loco* do Resultado do Credenciamento teve início após a realização de reunião de avaliação do processo de consolidação das Comissões de Atingidos realizada entre o Fundo Brasil, Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo em 13 de setembro de 2018 na sede da Procuradoria Geral da República no município de Linhares/ES. Nesta ocasião, houve o entendimento sobre a consolidação de 7 dos 8 territórios capixabas. Assim, no período de abrangência deste relatório, a equipe do Fundo Brasil realizou reuniões de apresentação *In Loco* do Resultado do Credenciamento com as seguintes Comissões de Atingidos:

- Comissão de Atingidos do Território de Colatina e Marilândia (ES): reunião realizada em 17 de setembro de 2018 na presença do representante da Defensoria Pública do Espírito Santo, Dr. Rafael Portela;
- Comissão de Atingidos do Território de Regência (ES): reunião realizada em 19 de setembro de 2018 na presença do Procurador da República, Dr. Paulo Trazzi e da Defensora Pública do Estado do Espírito Santo, Dra. Mariana Sobral;
- Comissão de Atingidos do Território de Povoação (ES): reunião realizada em 20 de setembro de 2018 na presença do Procurador da República, Dr. Paulo Trazzi e do Defensor Público do Espírito Santo, Dr. Rafael Portela;

- Comissão de Atingidos do Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II: reunião realizada em 21 de setembro de 2018 na presença do Procurador da República, Dr. Paulo Trazzi;
- Comissão de Atingidos do Território de Aracruz e Serra (ES): reunião realizada em 21 de setembro de 2018 na presença do Procurador da República, Dr. Paulo Trazzi;
- Comissão de Atingidos de Baixo Guandu (ES): reunião realizada em 09 de outubro de 2018 (foto) na presença do Dr. Malê Frazão, Procurador da República, e do Defensor Público do Espírito Santo, Dr. Rafael Portela;
- Comissão de Atingidos de Conceição da Barra, integrante do Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES): reunião realizada em 10 de outubro de 2018, na presença do representante da Defensoria Pública do Espírito Santo, Dr. Rafael Portela;
- Comissão de Atingidos de São Mateus, integrante do Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES): reunião realizada em 10 de outubro de 2018, na presença do Dr. Malê Frazão, Procurador da República, e do Defensor Público do Espírito Santo, Dr. Rafael Portela.

As reuniões de apresentação *In Loco* do Resultado do Credenciamento foram realizadas de acordo com uma metodologia previamente pactuada entre o Fundo Brasil, o Ministério Público Federal e cada uma das Comissões de Atingidos. Segundo essa metodologia, antes do resultado propriamente dito, os representantes do Fundo Brasil apresentaram aos atingidos e atingidas participantes das reuniões os principais aspectos do processo que levaram até a obtenção dos resultados.

Assim, foram apresentados quais foram os focos da chamada pública conduzida pelo Fundo Brasil para o credenciamento de organizações para prestar assessoria técnica para cada um dos territórios, os critérios utilizados para o credenciamento das organizações, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, denominado Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico, como se deu o processo de credenciamento implementado pelo Fundo Brasil e, finalmente o resultado do credenciamento. Em relação às organizações credenciadas para cada território, foram compartilhados com os atingidos e



Figura 9 Reunião de Apresentação do Resultado do Credenciamento em Baixo Guandu. Foto: Fundo Brasil

atingidas presentes informações básicas, tais como nome, endereço postal, endereço eletrônico, site e/ou Facebook, números de telefone e o nome do responsável pela organização. Após a apresentação destas informações, os representantes do Fundo Brasil perguntaram aos presentes se existia algum fato relevante a respeito das organizações credenciadas que fosse do conhecimento dos atingidos e atingidas e que não tenha sido considerado na análise do credenciamento.

Em nenhuma das reuniões realizadas até agora foram apresentados fatos novos a respeito das organizações que levassem ao descredenciamento das mesmas. Em seguida, a reunião era encerrada. A equipe do Fundo Brasil produziu atas de todas as reuniões, fez registro fotográfico das mesmas e passou lista de presença.

O Ministério Público Federal utilizou os seus canais de comunicação social para dar conhecimento público à realização das reuniões de apresentação *In Loco* do Resultado do Credenciamento nos territórios acima mencionados. As peças de divulgação produzidas pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal são as seguintes:

- Caso Rio Doce: instituições credenciadas a prestar assessoria técnica são apresentadas aos atingidos (Matéria publicada em 14 de setembro de 2018 e disponível no endereço <https://goo.gl/dKNDGi>);
- Rio Doce: Fundo Brasil apresenta a atingidos instituições credenciadas para prestar assessoria técnica no ES (Matéria publicada em 27 de setembro de 2018 e disponível no endereço <https://goo.gl/DPR169>);
- Caso Rio Doce: Baixo Guandu, São Mateus e Conceição da Barra conhecem resultado de credenciamento para assessoria técnica (Matéria publicada em 8 de outubro de 2018 e disponível no endereço <https://goo.gl/Mp5T3N>).

8) **Abertura de Novo Credenciamento em Casos Excepcionais** (excepcionalmente, será aberto um novo processo de credenciamento na hipótese de que algum território não receba candidaturas, ou se os Atingidos naquela localidade, justificadamente, não concordarem com o rol de organizações sem fins lucrativos apresentado como resultado do primeiro processo):

Não foi necessário abrir um novo credenciamento no período de abrangência deste relatório para além dos já anteriormente descritos.

9) **Convite às Organizações Credenciadas para Apresentação de Proposta Preliminar de Assessoria Técnica para Cada Território** (envio, por email, de Carta-Convite às organizações credenciadas para apresentação de proposta preliminar de atuação

como Assessoria Técnica em território determinado, de acordo com os Termos de Referência para aquele território):

Durante o período de abrangência deste relatório, foram enviadas cartas-convite para as organizações credenciadas para os seguintes territórios: Território de Aracruz e Serra (ES), Território de Colatina e Marilândia (ES), Território das Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES), Território de Povoação (ES) e Território de Regência (ES). As cartas-convite, elaboradas pela equipe do Fundo Brasil, apresentam o formato no qual as propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deverão ser elaboradas. Solicitou-se à estas organizações breves descrições das linhas de ação e a metodologia de trabalho com que pretendem abordar as demandas presentes no território, conforme apresentadas na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações para assessoria técnica. As cartas-convite também apresentam os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas. A definição destes prazos foi realizada conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal em reunião realizada em 01 de outubro de 2018. Assim, definiu-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento das mensagens eletrônicas com as cartas-convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares. Ao receber as propostas, o Fundo Brasil fará uma avaliação prévia da sua adequação ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. A avaliação da proposta também contará com a participação de especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, a convite do Fundo Brasil. A avaliação da adequação ao escopo deverá se encerrar em até 15 (quinze) dias corridos. Após a análise sobre a adequação do escopo da proposta, definiu-se que poderão ser enviadas sugestões e recomendações que deverão ser incorporadas na proposta preliminar, no prazo de até 03 (três) dias úteis e devolvidas ao Fundo Brasil.

A formação de uma comissão de especialistas externos para a avaliação dos territórios do Espírito Santo também foi realizada durante o período de abrangência deste relatório. Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos ambientais e violações de direitos humanos experimentados pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Este conhecimento específico representa um elemento fundamental para a necessária avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações que farão assessoria técnica aos atingidos e atingidas.

Para a definição do escopo de atuação da comissão de especialistas, o Fundo Brasil elaborou um termo de referência. Este documento define os produtos que deverão ser

entregues pelos especialistas bem como os prazos para a realização do trabalho. Cada especialista deverá fazer um breve parecer individual sobre a adequação da proposta ao escopo da Chamada específica de cada território, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP (mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos), e as demandas específicas de cada território estão refletidas nas propostas preliminares que serão apresentadas aos atingidos e atingidas nas comunidades. O termo de referência esclarece que não caberá a comissão de especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas caberá exclusivamente aos atingidos em processo de deliberativo público a ser realizado nas comunidades. Ao final da elaboração dos pareceres individuais, os especialistas deverão também se reunir com a equipe do Fundo Brasil em São Paulo para apresentar o parecer final em nome do comitê. Após a análise e parecer sobre a adequação da proposta ao escopo do trabalho, se pertinente, poderão ser enviadas sugestões e recomendações a serem incorporadas pelas organizações na proposta preliminar.

Integram a Comissão de Especialistas para os territórios do Espírito Santo os seguintes pesquisadores e pesquisadoras:

**Karine Gonçalves Carneiro:** Doutora em Ciências Sociais (Puc-Minas/2016) - com participação no programa de doutorado sanduíche no exterior (PDSE/Capes - instituição de fomento) no departamento de Sociologia da Universidad Nacional de Colombia -, mestre em Sociologia com ênfase em Meio Ambiente (Fafich-UFMG/2006), especialista em Arquitetura Contemporânea (IEC-PucMinas/1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG/1996). Professora Adjunta - DE - do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP e do Programa de Pós-Graduação "Novos Direitos, Novos Sujeitos" da UFOP. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Indisciplinar (EAD-UFMG); indisciplinar\_ufop e Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA /UFOP). Pesquisadora do INCT ? TECNOPOLÍTICAS: Territórios Urbanos e Redes Digitais. Artigos publicados e participações em pesquisas, projetos de extensão, congressos e seminários com apresentação de trabalhos. Palestras proferidas e participação em bancas.

**Cristiana Losekann:** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). É Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem produzido pesquisas sobre: processos de participação na política ambiental no Brasil; a



mobilização do direito como repertório de ação coletiva nas questões ambientais; os efeitos do uso de recursos judiciais para mobilizações sociais e para a produção de mudanças institucionais. Produz, ainda, estudos no âmbito da teoria política contemporânea, sobretudo, acerca do conceito de sociedade civil e de suas tensões com vertentes teóricas críticas. Coordenadora do Organon - Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais DCSO/PGCS/UFES.

**Bruno Milanez:** Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e doutorado em Política Ambiental - Lincoln University (2006). Atualmente é professor no programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Política Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação dos impactos da cadeia minero-metalúrgica, conflitos socioambientais e capacidade ambiental.

**Tatiana Ribeiro de Souza:** Tatiana Ribeiro de Souza é Doutora em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mesma instituição onde obteve o grau de Mestre em Ciências Sociais, em 2006. Graduada em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1998, iniciou a carreira acadêmica em 2000, após concluir a especialização em Direito Público pela Universidade Federal de Rondônia. Até agosto de 2013 foi Professora Titular do Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM e do Centro Universitário Newton, aonde coordenou o Grupo de Estudos em Direito Internacional da Newton Paiva - GEDINP, como Chapter Academic Advisor, da International Law Students Association - ILSA. Atuou em 2013 como professora convidada da Universidad Libre de Colômbia, no curso de Maestría en Filosofía del Derecho y Teoría Jurídica. Iniciou a carreira trabalhando com Direito Municipal e Urbanístico, particularmente com os temas: federalismo, preceitos constitucionais de organização do município, administração pública, região metropolitana e desenvolvimento urbano. Foi pesquisadora do Proyecto PAPIIT IN3088093 "Hacia un estado de Derecho Internacional" da Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM. Atualmente é integrante da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, pós-doutoranda na Universitat Rovira i Virgili - Taragona, Catalunha - Espanha, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais - GEPSA e professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, em dedicação exclusiva, lotada no Departamento de Direito - DEDIR, onde atua na graduação e no Mestrado em "Novos Direitos, Novos Sujeitos".

10) **Avaliação Prévia das Propostas Preliminares** (o Fundo Brasil recebe, por via digital, as propostas preliminares de todas as organizações credenciadas e faz uma avaliação prévia de sua adequação ao Termo de Referência, contando para tanto com a

colaboração de especialistas, com recomendações de ajustes nos casos necessários. A realização desta atividade está condicionada à realização da etapa descrita no item 9:

No período de abrangência deste relatório não foram realizadas atividades neste item.

**11) Organizações Habilitadas Apresentam Proposta para Comunidades de Atingidos**

(para garantir as condições adequadas de escolha das Assessorias Técnicas, o Fundo Brasil, auxiliado pelas Comissões de Atingidos, apoiará a realização de reunião das comunidades de Atingidos com as organizações candidatas na ocasião da apresentação das propostas preliminares):

No período de abrangência deste relatório não foram realizadas atividades neste item.

**12) Escolha das Assessorias Técnicas pelas Comunidades de Atingidos** (o Fundo Brasil reúne-se com a Comissão de Atingidos para tomar conhecimento das deliberações das comunidades. Fazer isso está condicionado à finalização da atividade anterior e só acontece nos casos em que se cumprir o previsto no item 11):

No período de abrangência deste relatório não foram realizadas atividades neste item.

**13) Fundo Brasil Entrega ao Ministério Público a Sistematização do Processo das Organizações Escolhidas**

(nos casos em que ocorrer a escolha prevista no item 12 (doze) acima, o Fundo Brasil redigirá documento com as informações sistematizadas do processo de escolha em cada território para remessa ao Ministério Público, a quem caberá comunicar o resultado às empresas):

No período de abrangência deste relatório não foram realizadas atividades neste item.